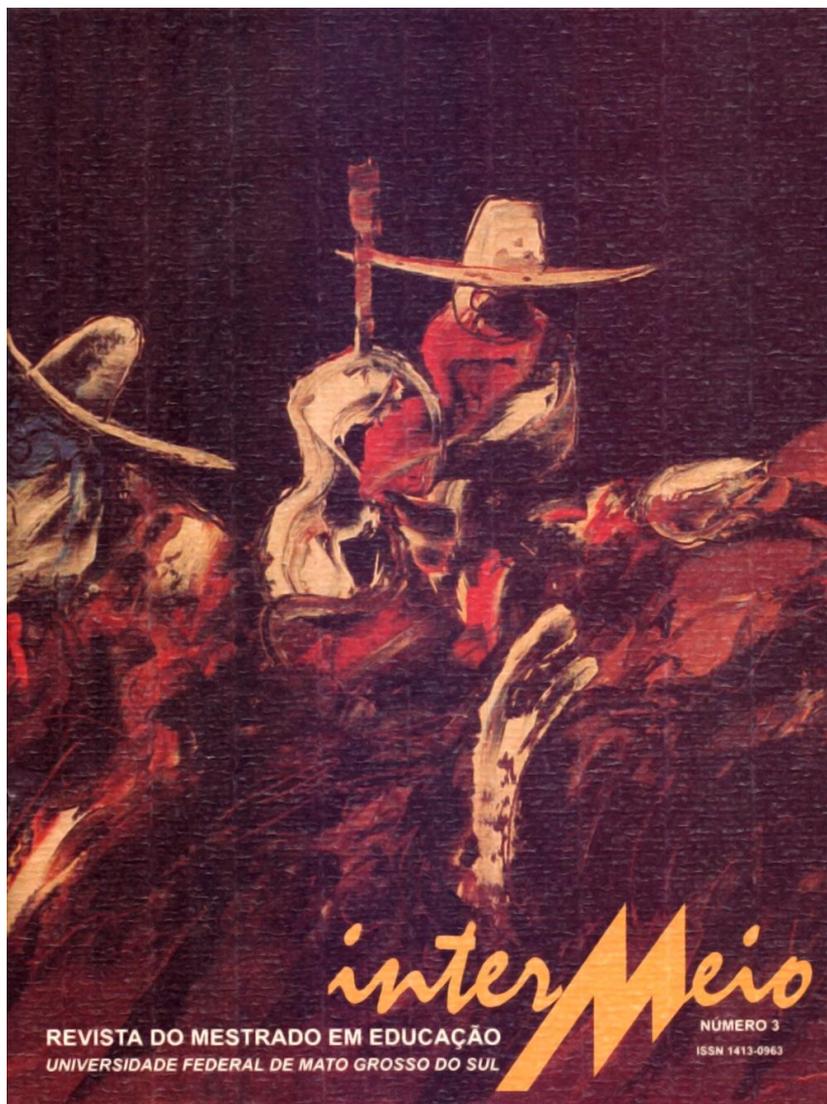


# *A Circulação e o Consumo de Livros Clássicos da Ilustração no Brasil Colonial – 1759-1822*



*Gilberto Luiz Alves*<sup>1</sup>

Artigo científico originalmente publicado in *Intermeio*, Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, p. 40-49, Nov. 1996<sup>2</sup>.



*Capa da Revista*



*Gilberto Luiz Alves*  
INSTITUTO CULTURAL

<https://icgilbertoluizalves.com.br>

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/issue/view/219>>. Acesso em: 14 de abr. de 2022.

Este trabalho discute a circulação e a influência de obras clássicas de pensadores ilustrados no Brasil Colonial.

São analisados bibliotecas coloniais, comércio de livros e a influência de obras ilustradas nos estudos de pensadores brasileiros, antes da Independência.

Concluindo, o trabalho relaciona, de forma genérica, a educação ao movimento ilustrado.

Palavras-chave: Ilustração, Brasil Colonial, Livros-Biblioteca



*This project was set up with the aim of discussing the circulation and the influence of the most important classic works of important thinkers during the period called "Colonial Brazil".*

*Colonial libraries, trade of books and the influence of works illustrated in the Brazilian thinkers' studies are analysed in this period before the Independence.*

*Summing up, the project relates, in a generic way, the education of the illustrated movement.*

*Key words: Illustration, Brazil-colonial, Books-Library*

# A Circulação e o Consumo de Livros Clássicos da Ilustração no Brasil Colonial - 1759-1822

Gilberto Luiz  
Alves

*Doutor em Filosofia e História  
da Educação pela UNICAMP e  
Professor da área de História da  
Educação do DCH/CCHS da  
Universidade Federal de Mato  
Grosso do Sul.*

## Introdução

Este trabalho visa dar uma idéia das dimensões atingidas pela circulação e influência de obras clássicas de pensadores ilustrados em algumas das regiões materialmente mais avançadas do Brasil Colonial. A análise, fundamentalmente, perscruta as bibliotecas coloniais, aflora a configuração do comércio de livros, à época, traça a influência direta das obras ilustradas nos escritos de alguns dos maiores expoentes dentre os pensadores brasileiros, às vésperas da Independência, e toca, por fim, a relação educação e movimento ilustrado.

O período eleito é demarcado por 1759, ano em que se deu a instauração das reformas pombalinas da instrução pública no reino português, de um lado, e pela Independência do País, ocorrida em 1822, de outro.

O conjunto de fontes de informação que sustenta a análise, reúne: a) fontes primárias, onde sobressaem cartas, documentos que contêm arrolamentos das obras de bibliotecas particulares e públicas, catálogos de livrarias e escritos da época, abrangendo relatos de viajantes e estudos de pensadores imbuídos das idéias políticas e filosóficas, então correntes nos grandes centros do Iluminismo europeu, b) e fontes secundárias, constituídas basicamente pela historiografia referente a questões que tocam, direta ou indiretamente, o objeto esposto.

## Bibliotecas coloniais

Estudos realizados sobre a matéria evidenciam que as bibliotecas existentes no Brasil, até a primeira metade do século XVIII, eram predominantemente ligadas às ordens religiosas. Instaladas em conventos e seminários, dentre elas sobressaíam as dos jesuítas. Mas merecem registro, igualmente, as de outras congregações, de que são exemplos as dos franciscanos e as dos beneditinos.

Sobre as bibliotecas dos jesuítas, as informações disponíveis são suficientes e seguras, pois foram sistematizadas na obra já clássica do Pe. Serafim Leite, **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Alguns dados quantitativos, relacionados nessa fonte, dão uma idéia das dimensões atingidas pelas bibliotecas dos colégios jesuíticos em meados do século XVIII. As referentes aos modestos Colégio de Santo Alexandre do Pará e Colégio da Vigia dispunham, quando da expulsão dos inicianos, de 2.000 e 1.010 volumes, respectivamente. O Colégio do Rio de Janeiro reunia em torno de 5.434 volumes, à mesma época. Mas a biblioteca jesuítica mais completa estava sediada no Colégio da Bahia, em Salvador, cujo acervo, significativo para o seu tempo, teria atingido 15.000 volumes.<sup>1</sup>

Mas um importante registro, relativo ao século XVII, evidencia que o esforço de constituição dos acervos jesuíticos já era secular. Por ele, o Pe. Antônio Vieira, através de carta dirigida ao Geral da Companhia, testemunhava categoricamente sobre a biblioteca do Colégio do Maranhão: "Livreria temos muito boa". Essa biblioteca, que ocupava um espaço próprio no prédio do referido colégio, teria capacidade de "até 5.000 volumes".<sup>2</sup> Sabe-se, igualmente, que o Pe. Manoel da Nóbrega, primeiro superior dos jesuítas na Colônia, ao chegar ao Brasil já trazia livros.

As bibliotecas dos beneditinos, de uma forma geral, seriam expressivas quanto ao núme-

ro de volumes que continham. O viajante francês Tollenare, referindo-se ao convento da ordem, em Olinda, admitiu ter ele "uma biblioteca assás bela", no início do século XIX.<sup>3</sup> Sistemáticamente, essas bibliotecas eram atualizadas e enriquecidas através de novas aquisições e de doações. Só o acervo herdado do Bispo de Areópoli, falecido em 1768 na cidade do Rio de Janeiro, acrescentou à biblioteca do Mosteiro de São Bento mais 3.000 volumes.<sup>4</sup>

São mais precárias as informações sobre as bibliotecas dos franciscanos. Sabe-se, porém, que, mesmo um convento de menor importância como o de Itanhaém, localizado no litoral paulista, possuía biblioteca. As obras que a constituíam versavam, exclusivamente, sobre assuntos religiosos. Esse convento, denominado Nossa Senhora da Conceição, após a Independência assistia à dilapidação de seu acervo bibliográfico. Os 263 volumes, que o integravam, estavam sendo destruídos nas mãos de escolares que ali estudavam e deles se utilizavam como manuais.<sup>5</sup> Há informações mais seguras sobre a biblioteca do Convento de São Francisco da cidade de São Paulo, um dos germes da primeira biblioteca pública da Província. Segundo arrolamento realizado logo após a Independência do País, dispunha de 3.162 livros.<sup>6</sup>

A ação educativa e cultural das casas religiosas não se limitava àquelas que dispunham de estabelecimentos escolares. Os padres e autoridades eclesiásticas, os principais integrantes da **intelligentzia** brasileira em todo o período colonial, chegavam a colocar à disposição dos demais integrantes do clero e do público suas próprias bibliotecas particulares. É o que demonstra o depoimento de um bispo de São Paulo: "Para utilidade commua do mesmo Clero, e Estudantes, tenho posto publica a minha Livreria".<sup>7</sup>

Praticamente inexistiam bibliotecas públicas na Colônia. Assinale-se que a Real Biblioteca do Rio de Janeiro foi uma iniciativa que se deu no ocaso do período colonial. Seus Estatu-

<sup>1</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa : Portugália; Rio de Janeiro : INL, 1938-1950. v. 4, p. 399-409.

<sup>2</sup> Cf. MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos; São Paulo : Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. p. 4.

<sup>3</sup> TOLLENARE, L. F. de. **Notas dominicais : tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Salvador : Liv. Progresso Edit., 1956. p. 174.

<sup>4</sup> MORAES, **op. cit.**, p. 12.

<sup>5</sup> **Ibid.**, p. 13.

<sup>6</sup> **Ibid.**, p. 15.

<sup>7</sup> CARTA do bispo de São Paulo D. Fr. Manuel da Ressurreição ao Marquez de Pombal, dando notícias do bispado e solicitando algumas providências (1776). Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa - Documentos Avulsos de São Paulo de 1776.

tos foram “mandados ordenar”, mais precisamente, no ano de 1821<sup>8</sup>. Logo, como o acesso aos acervos das congregações religiosas era facultado, inclusive, aos estudantes leigos e aos estudiosos em geral, o quadro apenas esboçado permite estender para todo o Brasil o juízo que o cronista pernambucano, Pereira da Costa, formulou sobre a sua terra: “à falta de bibliotecas públicas, tínhamos as casas religiosas, riquíssimas, pelo avultado número de obras de todo gênero que possuíam, sem contar as preciosas coleções de manuscritos, os quais eram franqueados a pessoas estranhas, mediante licença”.<sup>9</sup>

Sobre a constituição de bibliotecas particulares ao longo do período colonial, as informações disponíveis atestam que já no século XVII havia brasileiros dispostos de livros. Principalmente os inventários arrolavam obras no conjunto dos bens de personalidades recém falecidas, cujos temas dominantes eram de cunho religioso. Em São Paulo, entre os pertences de Inês Camacho, morta em 1623, foram registrados três livros. Ainda em São Paulo, o holandês Manuel “Vandala”, segundo inventário de 1627, tinha um livro. Em Vila Rica, Minas Gerais, Pedro Ribeiro Lourenço organizara uma “pequena biblioteca”. No mesmo local, na primeira metade do século XVIII, Nuno Marques Pereira “possuía bons livros”.<sup>10</sup>

A passagem da primeira para a segunda metade do século XVIII, em Portugal e seus domínios, foi acompanhada de uma transição importante, tanto do ponto de vista econômico como do político. A expulsão dos jesuítas foi, tão somente, um dos sintomas dessa transição. Assumindo uma política identificada com o despotismo esclarecido, D. José I elegeu o Marquês de Pombal como seu primeiro ministro. A busca de centralização e fortalecimento do poder real, empreendida a partir de então, chocou-se com a postura política da Igreja Católica feudal, que reconheceu nessa tendência antagônica um fator determinante de seu enfraquecimento. Os jesuítas passaram a encarnar, segundo a propaganda pombalina, todas as mazelas dessa igreja feudal, apesar de seus enraizados interesses capitalistas no Novo Mundo<sup>11</sup>.

No interior desse processo, as idéias burguesas mais avançadas passaram a ter livre curso no Reino. Não se pense que sua introdução se fez incondicionalmente. Em especial as idéias revolucionárias francesas eram rechaçadas pelo poder, pois, ao postularem um projeto republicano e democrático, negavam, na prática, a proposta política assumida pelo despotismo esclarecido. Este era expressão de uma contida solução política, que ainda justificava o absolutismo real, daí a necessidade de brandir armas repressivas contra os revolucionários radicais e as obras que difundiam seus ideais.

Foi dentro desse clima geral, a partir da segunda metade do século XVIII, que as bibliotecas brasileiras começaram a adquirir livros que veiculavam as idéias econômicas, filosóficas e políticas do **Século das Luzes**. Até mesmo os pensadores mais arrojados, comprometidos com o ideário republicano e democrático, passaram a ser incorporados aos seus acervos.

Nesse movimento, começaram a despontar as bibliotecas particulares. Entre os inconfidentes, por exemplo, os **Autos de Devassa** detectaram a rica e diversificada biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva. Tão expressivo era o conjunto de títulos e autores ilustrados nela contidos, que Eduardo Frieiro, após estudar o seu conteúdo, denominou o ensaio resultante com o refinado e irônico título **O Diabo na livraria do Cônego**. Seu acervo compunha-se de mais de oitocentos volumes, distribuídos segundo classificação que abrange obras de referência, ciências modernas, teologia, filosofia, medicina, letras, obras de viajantes e sobre a arte da guerra. Continha, inclusive, o que de mais avançado se poderia imaginar no seu tempo. Dentre outras obras expressivas da Ilustração, foram inventariadas **Opera e Logica**, de Luís Antônio Verney, o pensador ilustrado português que influenciou profundamente as reformas pombalinas da instrução pública; **Metaphysica e Logica**, de Antonio Genovesi; **Contes moraux**, de Marmontel; **Theatro critico universal**, do Pe. Benito Jerónimo Feijoo, visto por Eduardo Frieiro como “divulgador das idéias francesas” na Espanha<sup>12</sup>; **Oeuvres**, de Condillac; **Institutions politiques**, de Bielfeld;

<sup>8</sup> ESTATUTOS da Real Bibliotheca mandados ordenar por sua Magestade. Rio de Janeiro : Regia. Typographia, 1821, 11 p.

<sup>9</sup> Cf. MORAES, *op. cit.*, p. 12.

<sup>10</sup> Cf. MORAES, *op. cit.*, p. 24 e 26.

<sup>11</sup> ALDEN, Dauril. Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil : notícia preliminar. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. (Org.). **Conflito e continuidade na sociedade brasileira : ensaios**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1970. p. 31-78.

<sup>12</sup> FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na livraria do Cônego; Como era Gonzaga? e Outros temas mineiros**. São Paulo : Itatiaia; EDUSP, 1981. p. 32.

**Esprit des Lois**, de Montesquieu; **Oeuvres**, de Voltaire e **Le droit public de l'Europe**, de Mably. A biblioteca do Cônego dispunha, ainda, de dois tomos da **Encyclopédie**, de Diderot e D'Alembert, e de uma outra obra claramente associada a esta: **L'Esprit de l'Encyclopédie**. Os **Autos de Devassa** relacionam, também, “um livro de postilas de philosophia”<sup>13</sup>, posteriormente desaparecido, cuja autoria Eduardo Frieiro atribui ao próprio Cônego Luís Vieira da Silva, que dele teria feito um recurso didático para ministrar aulas no Seminário de Mariana, onde era professor da matéria.<sup>14</sup>

Manuel Inácio da Silva Alvarenga, outro inconfidente, era detentor de “1576 volumes mais ou menos”. Constataram-se entre as obras pertencentes à sua biblioteca **Romans et Contes**, **Theatro**, **Dictionnaire philosophique** e **Siècle de Louis XIV**, de Voltaire; **Jacques le Fataliste**, de Diderot; **Oeuvres**, de Frederico II da Prússia; **Oeuvres**, de Marmontel; **Logica**, de Genovesi; **Logica**, de Verney, além de outras de Montesquieu, Beccaria, Filangieri e Bentham. Também registraram-se escritos dos fisiocratas Rozier, Crèvecoeur e Arthur Young. Como expressões da economia política destacavam-se **Compendio da obra da Riqueza das Nações**, de Adam Smith com tradução de Bento da Silva Lisboa; **Recherches d'economie politique**, de Stuart, e duas obras de José da Silva Lisboa: **Memória econômica sobre a franqueza do commercio dos vinhos do Porto** e **Princípios de Direito Mercantil**.<sup>15</sup>

Outros inconfidentes mineiros também dispunham de livros. Cláudio Manuel da Costa possuía 283 volumes, Tomás Antônio Gonzaga detinha 83, o Cel. Francisco de Paula 84 e Alvarenga Peixoto 17<sup>16</sup>.



Capa da 1ª edição de “O Diabo na Livraria do Cônego”

Os Rezendes Costa, pai e filho, também inconfidentes, e Batista Caetano de Almeida eram detentores de duas bibliotecas cujas dimensões e variedade impressionaram os que as viram e os que as estudaram. Segundo E. Bradford Burns, que analisou o conteúdo de ambas: “A lista de autores representados naquelas ricas bibliotecas dá a impressão de uma nominata da Ilustração européia.”<sup>17</sup>

Em Sabará, Minas Gerais, o Pe. José Correia da Silva também constituiu uma “boa livraria”, que, dispersada posteriormente, ainda permite a avaliação precária de seu conteúdo pelo **ex libris** do proprietário. Já foram identificados, por esse meio, obras de Rousseau e volumes da **Encyclopedie** de

Diderot.<sup>18</sup>

Na Bahia, dois integrantes da conjuração de 1798, Cipriano Barata e Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja, dispunham, respectivamente, de 30 e 22 obras. O primeiro possuía um exemplar da **Lógica** de Genovesi, enquanto o segundo, além de **Instituciones methaphysicae**, do mesmo autor, era detentor de **Dictionnaire philosophique**, de Voltaire.<sup>19</sup>

Foi na Bahia, também, que se formou uma das mais ricas bibliotecas particulares do período colonial, na passagem do século XVIII para o século XIX. Seu proprietário, o Pe. Francisco Agostinho Gomes, teria reunido “diversos milhares de volumes dos melhores autores”, segundo o viajante inglês O’Neil. Entre os títulos expressivos, podem ser referidos a **Encyclopédie**, de Diderot e D’Alembert; **Wealth of nations**, de Adam Smith, e **History of America**, de Thomas Paine.<sup>20</sup>

No início do século XIX, um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817, o Pe. João Ribeiro Pessoa Montenegro, estava constituindo uma biblioteca que “não abundava ainda

<sup>13</sup> AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1936. v. 5, p. 277-91.

<sup>14</sup> FRIEIRO, *op. cit.*, p. 26.

<sup>15</sup> CATALOGO dos Livros existentes em poder de Manoel Joaquim da S<sup>a</sup>. Porto, Mercador de Livros, da compra que fez à Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido Dor. Manoel Ignacio da S<sup>a</sup>. Alvarenga, rellativo ao que na data de hoje entrega ao Sr. Juiz de Fora desta Cidade. Rio de Janeiro : 28 fev. 1815.

<sup>16</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 27.

<sup>17</sup> BURNS, E. Bradford. Comentário. In: KEITH; EDWARDS, *op. cit.*, p. 126.

<sup>18</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 27.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 28-9.

<sup>20</sup> Cf. MORAES, *op. cit.*, p. 29-30.

em volumes, eram, porém, de preço inestimável pelas matérias que continham”, conforme testemunho do cronista Muniz Tavares<sup>21</sup>. Mesmo não havendo notícias precisas sobre os títulos e os autores integrantes dessa biblioteca, é muito provável que reunia obras dos pensadores ilustrados. Reforça essa impressão o retrato de João Ribeiro, traçado por Tollenare.

“Possuía em sua casa uma espécie de gabinete de leitura; dez ou doze assinantes tinham começado a base de uma biblioteca da qual tinha a direção; êste ensaio devia conduzir à formação de uma espécie de Lyceu, cuja concepção parecia tão inocente quanto útil.

Pretendiam juntar-lhe um gabinete da história natural, e eu fôra encarregado de enviar da Europa uma coleção mineralógica classificada pelo método de Hay.

O Padre João Ribeiro era capaz de explicá-la; propunha-se também a abrir um curso de física e tinha já alguns instrumentos.

Nutrido com a leitura dos filósofos antigos e modernos, êle só respirava pela liberdade, e isto mais por amor dela do que por ambição.

Indignava-se de obedecer a vontades arbitrárias sem manifestar o desejo de mando.

Arrastado pela leitura das obras de Condorcet, testemunhava a mais alta confiança no progresso do espírito humano; a sua imaginação ia mais depressa do que o seu século e sobretudo adiantava-se muito à índole dos seus compatriotas.”<sup>22</sup>

Outro revolucionário pernambucano, Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá, segundo o cronista Pereira da Costa, possuía “farta livraria, em que abundavam de preferência, as obras de mais palpitante interesse político e propaganda liberais, às quais corriam a consultar personagens de toda a jerarquia, e mais assiduamente os seus amigos políticos empenhados na propaganda revolucionária.”<sup>23</sup>

No Rio de Janeiro, em fins do século XVIII, João Mendes da Silva possuía 250 volumes, enquanto Jacinto José da Silva dispunha de “muitos livros”. São mais detalhadas as informações acerca da biblioteca de Mariano José Pereira da Fonseca que, à mesma época, reunia 96 volumes. Sobre o seu conteúdo há referências específicas a algumas obras ilustradas. Dentre elas ressaltam **Histoire philosophique et politique**

**des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes**, do abade Raynal; **Emile**, de Rousseau; **Direitos do cidadão**, de Mably; **Voyage autour du monde**, de Bougainville e **Supplément**, de Diderot.<sup>24</sup>

Em São Paulo, o cronista Pedro Taques, já em 1771, constituíra uma biblioteca de “quase duzentos volumes”<sup>25</sup>.

No ano de 1776, o prelado Manuel da Ressurreição, terceiro bispo de São Paulo, em carta dirigida ao Marquês de Pombal, estimava o acervo de sua biblioteca em “quasi dois mil volumes”<sup>26</sup>. O seu inventário, realizado treze anos mais tarde, registrou a existência de 1.548<sup>27</sup>. Foi este acervo enriquecer, nos albores do Império, a primeira biblioteca pública oficial da Província de São Paulo. O catálogo elaborado em 1827 pelo seu bibliotecário, Pe. José Antonio dos Reis, é uma peça documental importante por dar uma visão geral das áreas do conhecimento pleiteadas e por detalhar a diversidade dos títulos dentro delas. É grande a presença de livros religiosos, abrangendo obras de devoção, de direito canônico, de teologia, dos Santos Padres e sermões. Sobre a história universal, a história eclesiástica, a história de Portugal e do Brasil há um conjunto de títulos significativo e atualizado para a época. Também são ricas e diversificadas as obras das áreas de filosofia, ciências modernas, ciências jurídicas, geografia e literatura. Possivelmente, muitos dos pensadores representativos da Ilustração, arrolados neste catálogo, já figuravam na biblioteca do bispo de São Paulo. Locke se faz presente através de **Ensaaios filosóficos**. Integram o acervo, ainda, **Indagação sobre os diferentes pontos importantes do systema do mundo**, de D’Alembert; **Logica e Metafísica**, de Genovesi; **Obras**, de Condillac; **Historia do Parlamento de Inglaterra**, de Raynal; **Observações sobre a historia da França, A legislação, ou principios das leis e Direito publico da Europa**, de Mably; **Theatro e Henriqueida**, de Voltaire; **Theatro critico**, de Feijoo, e **Bibliotheca do homem publico**, de Condorcet<sup>28</sup>. A relação poderia ser maior, mas estes nomes de vanguarda da Ilustração bastam.

Sobre Genovesi, tão presente nas bibliotecas referidas, é desejável que se reflita sobre

<sup>21</sup> Cf. MORAES, **op. cit.**, p. 30-1.

<sup>22</sup> TOLLENARE, **op. cit.**, p. 197-8.

<sup>23</sup> Cf. MORAES, **op. cit.**, p. 31.

<sup>24</sup> MORAES, **op. cit.**, p. 32.

<sup>25</sup> Cf. MORAES, **op. cit.**, p. 24.

<sup>26</sup> CARTA do bispo de São Paulo... **op. cit.**

<sup>27</sup> MORAES, **op. cit.**, p. 14.

<sup>28</sup> REIS, José Antonio dos (Org.). **Catálogo da I Biblioteca de São Paulo**. Rio de Janeiro, 1827. Arquivo Nacional, cx. 364, doc. 5.

uma crítica muito insistente à sua obra, considerada manifestação, em Portugal, de um *empirismo mitigado*<sup>29</sup>. Parece pairar, nessa expressão, uma certa intenção de imputar à assimilação da obra deste pensador italiano, nos domínios do reino português, um desacerto associado a uma tendência de retrocesso, a uma opção errada por algo que se distancia de uma matriz originalmente mais pura. Tal crítica, se esta é a sua intenção, está desfocada, pois o pensamento burguês lusitano nunca expressou radicalidade nem pureza epistemológica, ao longo do século XVIII. Essas limitações, que são históricas, decorreram da própria debilidade do desenvolvimento material do Reino e, como decorrência, da fragilidade da burguesia portuguesa, que sempre se pautou, nas suas relações com os inimigos de classe, por um comportamento político conciliador<sup>30</sup>. No âmbito do pensamento erudito, esse comportamento se consubstanciou em adesão ao ecletismo. Assim, mesmo um intelectual vigoroso do porte de Verney, depois de ter assimilado forte influência empirista, através da obra de Locke, não deixou de contemplar em seus escritos, também, idéias racionalistas de origem cartesiana. Genovesi, cujo ambiente material e intelectual, na Itália, não se diferenciava substancialmente daquele dominante em Portugal, deixou-se impregnar, igualmente, pelo ecletismo. Logo, não é o caso de se falar da instauração de um *empirismo mitigado* nos domínios lusitanos, determinado pela influência da obra do pensador italiano. Nem o apelo a Genovesi pode ser tomado como expressão de um desacerto ou fruto de opção equivocada de pensadores portugueses. Pelo contrário, quando se difunde no reino lusitano, o pensamento do filósofo italiano cai em terreno fértil. Por aderir ao ecletismo, abraça a tendência que já marcava o desenvolvimento do pensamento burguês, durante a segunda metade do século XVIII, em Portugal. É esse o motivo que facilita a aceitação de suas idéias nesse País, bem como, por consequência, permite revelar-se a sua proximidade dos pensadores portugueses, a exemplo de Verney.

Dentro dessa visão impressionista das bibliotecas particulares do período colonial, nem de longe exaustiva, acentue-se, para concluir, que muitas outras se constituíram por todo o interior do Brasil e no litoral, em regiões debilmente articuladas com os centros econômicos mais dinâmicos da Colônia. Heis dois exemplo. José Barbosa de Sá, o primeiro cronista mato-grossense, dispunha, em 1776, de uma biblioteca que reunia 131 volumes em “três estantes”, segundo o seu inventário. Os títulos constantes do acervo já foram examinados por historiadores mas, dentre eles, não figura qualquer um que tenha sido produto do movimento ilustrado<sup>31</sup>. Luis Villalta, baseado em documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, afirma que o Pe. José Manuel de Siqueira ao retornar a Cuiabá, em fins do século XVIII, levava “uma biblioteca de 98 títulos, similar à do cônego inconfidente Vieira da Silva”. Verney, Genovesi e Condillac, além de obras consagradas às ciências naturais, encontravam-se presentes nesse acervo.<sup>32</sup>

## Comércio de livros

A importação de livros, tal como se desenvolvia nos principais centros urbanos da Colônia, estava centrada em obras escritas em português e francês. Fugiam à regra os títulos jurídicos, produzidos de forma dominante em latim.

Os livros em francês avultavam, quantitativamente, nas bibliotecas de Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais. Ilustra esse fato a biblioteca de Manoel Inacio da Silva Alvarenga, cujo catálogo, elaborado quando de sua aquisição pelo livreiro Manoel Joaquim da Silva Porto, incluía 99 títulos em francês e 50 em português. Os títulos em latim ascendiam a 106 e referiam-se a obras jurídicas. Encontravam-se arrolados, ainda, 5 títulos em italiano e 3 em grego<sup>33</sup>.

Os mercadores, os intermediários que faziam os livros chegar às mãos dos usuários, não desenvolviam uma atividade especializada, de início. As obras mais expressivas do pensamento humano eram expostas ao lado de ou-

<sup>29</sup> RODRIGUES, José Carlos. **Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1986. p. 48-9.

<sup>30</sup> Sobre a debilidade econômica da burguesia lusitana e seu comportamento político conciliador, ver ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)**. Ibitinga : Humanidades, 1993. p. 61-90.

<sup>31</sup> ROSA, Carlos; ROSA, Neusa. **Do indivíduo ao grupo: para uma história do livro em Cuiabá**. Cuiabá : Correio de Imprensa, 1975. p. 11-9.

<sup>32</sup> VILLALTA, Luis. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coordenador-geral da coleção) e SOUZA, Laura de Mello e (Organizadora do volume). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 366-7.

<sup>33</sup> CATALOGO dos Livros existentes... **op. cit.**

tras mercadorias mais triviais e prosaicas: alimentos, tecidos, calçados, vidros, etc.<sup>34</sup> Gradativamente, a intensificação dos negócios transformou esses comerciantes generalistas em livreiros especializados. Há registros das atividades de diversos deles. Rubens Borba de Moraes cita Pedro Ribeiro Lourenço, o Capitão Manuel Ribeiro dos Santos, Manuel Peixoto Guimarães e Domingos José Marques, livreiros que exerceram seus negócios em Vila Rica, a partir de meados do século XVIII<sup>35</sup>. O comerciante Manuel Antônio da Silva Serva, em meio a outros produtos, realizava, também, a venda de livros. Em 1811 este mercador fez imprimir, no Rio de Janeiro, uma notícia dos livros que estavam à venda em seu estabelecimento. Entre outros pensadores ilustrados, figuravam, nesse documento, o Bispo Azeredo Coutinho, através das obras **Análise sobre a Justiça do Comercio dos Escravos da Africa, Defeza sobre hum ponto de moral e Informação dada pelo Bispo de Pernambuco**; Frederico II, sem discriminação do título da obra disponível; Genovesi, com **Logica e Methafizica**, e Verney, por meio do clássico **Verdadeiro methodo de estudar**. Aparece nesta notícia, ainda, o título **Emília**. Provavelmente haja um erro de grafia nesse registro. O certo seria **Emílio**, obra do pensador ilustrado Rousseau<sup>36</sup>.

No Rio de Janeiro, já no final da segunda década do século XIX, os principais livreiros eram Manuel Jorge da Silva, Manuel Joaquim da Silva Porto, Francisco Luís Saturnino Veiga e o francês Paul Martin<sup>37</sup>.

Também marinheiros e viajantes contribuíram para abastecer as bibliotecas de muitos intelectuais brasileiros. Silva Alvarenga, segundo os **Autos de Devassa**, admitiu ter adquirido de um marinheiro certa obra de Mably. E, através de um viajante inglês, teria obtido acesso a jornais proibidos.<sup>38</sup>

No Rio de Janeiro não era incomum, ainda, lotes de livros de particulares serem postos à venda em leilões.

Após Napoleão ter sido alijado do poder, muitos franceses se deslocaram para o Brasil. Alguns estabeleceram-se como comerciantes de livros. Assim surgiu a empresa P. C. Dalbin e Ca., que associada a livreiros parisienses contribuiu para editar obras como **Belizario**, de Marmontel<sup>39</sup>. Os registros existentes denotam claramente que, nos primeiros anos do século XIX, o comércio de livros, tanto na Metrópole como na Colônia, foi, em grande parte, hegemônico por mercadores franceses.

Se as bibliotecas particulares incluíam títulos proibidos pela censura, como já foi acentuado, mais surpreendente é a constatação de que alguns deles eram ostentados, publicamente, nos próprios catálogos dos livreiros. A censura não



Etiqueta do livreiro e encadernador da Bahia Antônio José Coimbra

se constituía em óbice para tal. Tanto que autoridades judiciárias e eclesiásticas, muitas vezes, reclamaram da ausência de fiscalização, decorrente de omissão, complacência ou ignorância de funcionários públicos, que permitia a inobservância das normas fixadas pela Real Mesa Censória, à época de D. José I, e pela Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, após a ascensão de D. Maria I<sup>40</sup>. O que poderiam essas autoridades esperar do poder? Praticamente nada. Evidencia esse fato a publicação de **Henriada**, de Voltaire, por iniciativa da própria Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Perplexo, o **Correio Braziliense**, de dezembro

<sup>34</sup> "Na rua do Ouvidor, nº 10, na loja de vidros de José Borges Pinho, acha-se um sortimento de livros vindos proximamente da cidade da Bahia; parte deles impressos na Impressão daquela cidade, e outros vindos de Lisboa". *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 54, 1814. Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura no Brasil Colônia**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 151.

<sup>35</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 26.

<sup>36</sup> NOTICIA dos livros de Manuel Antonio Silva Serva que se acham a venda no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. 11 p.

<sup>37</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 45-6.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 47-8.

<sup>40</sup> "(...) as Leys, e Editaes da Real Meza Censoria, ainda as primeiras, ou não chegaraõ á esta Cidade, ou nella não tiveraõ, q.m as executasse, e ficou suspenso o seu precizo effeito." CARTA do bispo de São Paulo... *op. cit.*

de 1813, expressava a sua surpresa, pois tal obra “entrava no numero dos livros que se não podiam ler sem correr o risco de passar por atheo, pelo menos por Jacobino.”<sup>41</sup>

Logo, não surpreende que, rotineiramente, obras de conteúdo antagônico ao despotismo esclarecido tivessem sido introduzidas na Colônia, através de seus principais portos, livres de qualquer cerceamento.

## Fontes ilustradas de pensadores brasileiros

Mais do que a presença de obras ilustradas nas bibliotecas e nos catálogos de livrarias, atestam a sua assimilação, de fato, os trabalhos de pensadores brasileiros que produziram durante o período que se tem em vista. A intenção, aqui, não é a de inventariá-los, mas a de considerar alguns dos casos mais relevantes. Nos escritos dos pensadores, sim, é possível constatar até que ponto as idéias ilustradas influenciaram os seus autores. As citações, em especial, são indicadores precisos que evidenciam o conhecimento e a utilização, como referências, de obras dos expoentes da Ilustração. Sem a pretensão de ser exaustivo, o trabalho examina **Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)**<sup>42</sup> e **Estudos do bem comum e economia política**, do Visconde de Cairu<sup>43</sup>, o discípulo de Adam Smith que difundiu, no Brasil, a Economia Política.

Azeredo Coutinho, o fundador do Seminário de Olinda, não foi propriamente um intelectual. Enquanto homem de ação, suas obras econômicas foram sendo elaboradas a partir de uma peculiar assimilação de suas fontes. Nelas, tornam-se comuns as transcrições textuais, destituídas de aspas e sem indicação de referências. Montesquieu, Bielfeld e Adam Smith são os elementos angulares de seus ensaios. Há também citações esporádicas de Raynal e da **Encyclopédie**, de Diderot. Nos seus escritos não há lugar para os pensadores revolucionários franceses, em especial os republicanos,

identificados como “filósofos filantropos” e “filósofos sentimentais”, que teriam desencadeado “o transtorno geral de sua Pátria”<sup>44</sup>. Essas formulações são reveladoras da defesa encetada por Azeredo Coutinho visando preservar o despotismo esclarecido.

Quanto a Cairu, constata-se o largo domínio que exercia sobre a Economia Política. Suas leituras e influências passam por David Hume, James Stewart, Bentham, Adam Smith, Ricardo, Malthus, Galiani, Montesquieu, Quesnay, Turgot, Mirabeau, Jean Baptiste Say. Esses pensadores são sistematicamente citados no livro referido. Editado em 1819, **Estudos do bem comum e economia política** patenteia a atualização de Cairu, que se reporta inclusive a estudos publicados no mesmo ano, a exemplo de **Princípios de Economia Política**, de Malthus.

Cairu considera Adam Smith o “Proto-Economista da Europa”, por entender que ele erigiu a Economia Política à condição de ciência<sup>45</sup>. Cita esparsamente outros pensadores ilustrados. Refere-se, entre tantos, por exemplo, a D’Alembert, através da obra **Prospecto da Enciclopédia**<sup>46</sup>. Mas exprime, sistematicamente, oposição a Rousseau, a Linguet, a Mably, a Raynal, cujas idéias estariam a serviço de um “Projeto de desorganizar a ordem social”. Faz, por conseqüência, a defesa das “Monarquias legítimas” contra o “governo tumultuário do povo, que a História mostra (...) ser o mais feroz tirano”<sup>47</sup>.

Azeredo Coutinho e Visconde de Cairu, como se depreende, são homens de sua época. São intelectuais atualizados com o que há de mais avançado no âmbito das idéias econômicas. Mas, por serem, também, homens do espaço cultural luso-brasileiro, realizam um exercício de conciliação política de forma a preservar a Coroa em face da ameaça posta pela Revolução Francesa. São, portanto, os lídimos representantes de uma débil burguesia reformista, que, pela desfavorável correlação de forças vigente no interior dos domínios portugueses, jamais ousaria defender um projeto político que pleiteasse a revolução social.

<sup>41</sup> Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo : EDUSP; Kosmos, 1993. p. 102.

<sup>42</sup> COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. **Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)**. São Paulo : Comp. Edit. Nacional, 1966. 318 p.

<sup>43</sup> LISBOA, José da Silva [Visconde de Cairu]. **Estudos do bem comum e economia política**. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1975. 466 p.

<sup>44</sup> COUTINHO, *op. cit.*, p. 115, 233.

<sup>45</sup> LISBOA, *op. cit.*, p. 120.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 210-1.

Faz-se necessário realçar que a prioridade dada a Azeredo Coutinho e ao Visconde de Cairu atendeu ao objetivo de demonstrar o grau de influência das idéias ilustradas nas elaborações e no fazer dos pensadores brasileiros, entre fins do século XVIII e início do século XIX. Essa influência, acrescente-se, foi mais generalizada. Os limites deste trabalho impuseram a seleção de alguns casos. Necessariamente, a atenção deveria ser concentrada naqueles mais significativos e paradigmáticos, daí o destaque dado aos dois nomes abordados. Para eliminar a impressão de que a influência em estudo tenha sido localizada, algo típico dos grandes centros da Colônia, talvez deva ser mencionada uma obra do Pe. José Manoel de Siqueira, professor da aula régia de filosofia racional e moral, da interiorana e longínqua Cuiabá. No início do século XIX, este padre ilustrado se dedicava a pesquisas botânicas e estudos econômicos nos quais citava, entre suas fontes, a **Enciclopédia**, de Diderot<sup>48</sup>.

## *A relação educação e movimento ilustrado*

Ao fazer uma reconsideração do conjunto das informações destacadas, ganha relevância a ação educativa de muitos dos personagens de proa referidos neste trabalho. Luís Vieira da Silva, tido como o mais ilustrado dos incondientes mineiros, era professor de filosofia no Seminário de Mariana. O poeta Silva Alvarenga foi, também, "Professor de Rhetorica no Rio de Janeiro". É o que atestam ambas as folhas de rosto das duas primeiras edições de **Glaura: poemas erotikos**<sup>49</sup>, obra de sua autoria. João

Ribeiro fora professor de desenho no Seminário de Olinda e constituía, em 1817, uma biblioteca e um gabinete de história natural, por ele dirigidos. Azeredo Coutinho foi o fundador e o mentor do Seminário de Olinda, onde pretendia formar um híbrido de padre e "filósofo naturalista", que pudesse realizar trabalhos científicos nas regiões interiores da Colônia, visando levantar as suas riquezas e dar-lhes aproveitamento econômico. Também o Pe. José Manoel de Siqueira foi professor de filosofia racional e moral em Cuiabá, tendo realizado, ainda, pela sua atuação científica, o ideal pedagógico de Azeredo Coutinho.

Tendo como referência a época estudada, esses registros chamam a atenção para um rico filão temático, digno de ser explorado mais exaustivamente pela investigação histórico-educacional. Por ora, sem entrar em detalhes, de conformidade com os limites deste trabalho, tais registros permitem deduzir dois movimentos sensíveis e relevantes, que se exerceram no âmbito da relação educação e Ilustração. Ambos os movimentos, indissociáveis, complementaram-se. Merecem, também, explicitação. O primeiro se realizou de fora para dentro da educação: o clima cultural geral, sob o impacto da ação exercida pelas idéias ilustradas, impregnou o ambiente educacional no Brasil, em especial os estabelecimentos escolares mais desenvolvidos de então, os colégios-seminários. Em sentido oposto ao primeiro, o segundo movimento se expandiu de dentro da educação para fora: os colégios-seminários e as aulas régias, nas mãos de educadores profundamente influenciados pela Ilustração, foram instrumentos de difusão e de inserção das idéias burguesas mais avançadas do século XVIII no Brasil.

<sup>48</sup> MEMORIA q' J.e M.el de Seqr.<sup>a</sup> Presb.<sup>o</sup> secular professor real da filosofia rac.al e moral da V.a do Cuyabá academico da R.l Academia das Sciencias de Lx.a enviou a m.ma Academia sobre a decadencia atual das tres cap.nias de minnas e os meios d'a reparar; no anno de 1802. Ms. do Arquivo da Diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra.

<sup>49</sup> Em ambas as folhas de rosto, Silva Alvarenga é identificado como "Bacharel pela Universidade de Coimbra, e Professor de Rhetorica no Rio de Janeiro". A primeira edição data de 1799 e a segunda de 1801. Cf. MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia brasileira do período colonial** : catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808. São Paulo : Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. p. 15, 17.